

REDOBRA 17
Eliana Rosa de Queiroz Barbosa
Fabiana Dultra Britto
Janaina Bechler



As práticas de arquivo cumprem funções sócio-políticas variadas nas diferentes culturas, atendendo a distintas motivações – patrimoniais, memorialistas, colecionistas, historiográficas, etc – que, no entanto, convergem num mesmo propósito de atribuir sentido histórico a legados individuais. Os modos de constituição de arquivo, organização de acervos, indexação de coleções e catalogação de dados e documentos seriam algumas estratégias humanas de continuidade da sua própria existência. Pensando nisso e considerando o campo de conhecimento da sua atuação ou a especificidade da sua prática de arquivo, gostaríamos de saber :

no contexto atual,

porque lhe parece necessário e importante arquivar?

o que lhe parece possível e eficaz arquivar?



RICARDO TREVISAN

Professor Associado no Departamento de Teoria e História da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

POR QUE ME PARECE NECESSÁRIO E IMPORTANTE ARQUIVAR?

Acervos e arquivos – especificamente de Arquitetura e Urbanismo, meu campo de atuação – são importantes por reunir, preservar e tornar acessível a memória e a trajetória de uma instituição, uma organização, um grupo de indivíduos, uma pessoa, um artefato. Diante do conjunto documental, dados e informações podem ser encontrados e utilizados por aqueles interessados seja em reconstituir uma história, obliterada pelo passar do tempo, seja para compreender o presente e dele traçar futuros possíveis. Especificamente, acervos e arquivos de Arquitetura e Urbanismo, de Cidades, de profissionais e similares agregam materiais para além de mapas, plantas e desenhos. Disponibilizam uma gama de elementos que perfazem desde projeções de uma sociedade modelo à adoção de teorias e paradigmas; revelam planos, relatórios e legislações presentes em atas, decretos, leis, normas e memorandos; agregam diferentes perfis profissionais; reúnem registros imagéticos em fotografias, pinturas, cartões postais, filmes, documentários; descrevem um determinado momento a partir de reportagens em jornais, periódicos,

magazines e panfletos; personificam suas personagens em cartas, instrumentos de trabalho, documentos oficiais e particulares. Enfim, um campo exploratório que proporciona a estudiosos, pesquisadores, profissionais, gestores e curiosos ampliar o entendimento sobre ideias, intenções, processos, ações e feitos do passado. Compreender a cidade, pela história, sob o ponto de vista da Arquitetura e do Urbanismo, permite-nos entender sua configuração atual, criticá-la e projetar seu desenvolvimento. A pesquisa em acervos e arquivos históricos, na busca por documentos, é a principal forma de construir a trama, que dependerá, ainda, da capacidade do pesquisador em criar costuras e relações, na tentativa sempre incompleta, sempre circunstancial da tessitura historiográfica.

O QUE ME PARECE POSSÍVEL E EFICAZ ARQUIVAR?

Os estudos em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo se consolidam no país a partir dos anos 1980. De lá para cá, centenas de pesquisas dedicadas a contar e narrar a história do espaço brasileiro foram realizadas, com grande contribuição de documentos encontrados em acervos e arquivos públicos ou privados que, de certo modo, guardam fragmentos ou composições do passado de uma edificação, uma rua, um bairro, uma cidade, uma região. Este acesso à memória das cidades – sua formação, seus agentes, sua materialidade – perfazem nem sempre um caminho tranquilo, fácil de ser realizado ou acessível. Quando alcançado, auxilia a seu investigador utilizar as informações obtidas na construção de uma nova história, uma outra narrativa.

43

Acervos e arquivos de Arquitetura e Urbanismo são campo incontestável de fontes e documentos dos mais variados tipos. Contudo, a constituição de um Acervo ou um Arquivo requer ações específicas até estar disponível ao acesso público. Da recepção ao armazenamento, do manuseio ao acondicionamento, do descarte, restauro ao arquivamento, da triagem à limpeza, da sistematização à catalogação e à divulgação, estas são algumas de outras etapas que técnicos, especialistas e pesquisadores arquivistas se deparam no processo de montagem de um Acervo ou um Arquivo. Práticas e cuidados que necessitam uma atenção pormenorizada por aqueles responsáveis pela salvaguarda do patrimônio.

Além de nos conectar ao *modus operandi* de triagem, catalogação, organização e arquivamento de documentos relacionados a cada acervo e/ou arquivo específico, tais feitos podem revelar fatos, aprendizados, erros e acertos, dificuldades e atalhos que auxiliem àqueles que estão ou estarão envolvidos neste campo de trabalho, bem como podem evidenciar resultados de pesquisas proporcionados pelos mesmos.

Mas o que arquivar? Que materiais são eficazes, quais são descartáveis? A princípio todos os documentos e materiais encontrados em um acervo podem ter valor que, unidos a outros, somatizam informações capazes de criar novas narrativas, posicionar novas peças de um quebra-cabeça em constante formação. ➤



FERNANDA ARÊAS PEIXOTO

*Professora Titular e coordenadora da Pós Graduação
em Antropologia Social da Universidade de São Paulo*

44

Para responder às perguntas, é preciso deixar claro que em função das minhas experiências de pesquisa como antropóloga, vejo o arquivo fundamentalmente como uma ferramenta para o conhecimento. Todo antropólogo/a em campo, como sabemos, constitui um arquivo – composto de escritos, objetos, materiais imagéticos etc. – a partir do qual são construídas descrições e interpretações. No caso do/a antropólogo/a “de gabinete”, os arquivos com os quais trabalhamos alteram e redefinem as pesquisas que fazemos. Isto porque não pesquisamos nos arquivos, mas com os arquivos temas que nos interessam; quer dizer menos do que coisas inertes ou depósitos de documentos, os arquivos são formas vivas que se modificam à medida que são “usados” – engordam ou emagrecem, alteram seu perfil, seus contornos. Eles também agem, nos mostrando certas coisas e escondendo outras; às vezes nos pregam peças, outras nos reservam agradáveis surpresas...

Os arquivos nos interpelam permanentemente, lançando-nos perguntas e abrindo novas vias de reflexão. Sem medo de exagerar, eu diria que as minhas pesquisas tiveram seu feitiço bastante alterado em virtude do contato com os arquivos que passei a frequentar de forma mais sistemática em 2007, e que me obrigaram a rever problemáticas e enquadramentos analíticos, expandindo também os sentidos de “obra” com os quais tendemos a trabalhar a despeito das conhecidas advertências de Foucault sobre como escapar da obra pensada como texto fechado e fixado somente pelo escritor, incluindo nela outros materiais: versões, correspondências, rascunhos, imagens etc. E ao descentrar e perturbar a noção de “obra”, o arquivo descedntra e perturba nossas próprias perspectivas analíticas.

De modo rápido, eu diria que os papéis profissionais de Roger Bastide, depositados no IMEC (Institut Mémoires de l'édition contemporaine) que tive a oportunidade de conhecer em 2006/7 – anotações em folhas soltas, cadernos de viagens, fichamentos, desenhos, correspondências, diários e rascunhos de

textos – me conduziram aos processos de confecção do conhecimento, em geral apagados nas obras preparadas para a divulgação, me permitindo pensar as linhas, gestos e derivas que estão na origem dos livros e artigos publicados. É como se pelo arquivo eu pudesse ter acesso (ainda que limitado, claro) ao ateliê do criador, a este espaço de criações mescladas que tendem a se separar quando da apresentação pública dos trabalhos. Nesse sentido, os arquivos profissionais do Bastide me desafiaram a tomar as ideias do autor (com o qual eu já havia trabalhado em função de seus textos publicados) como práticas, me endereçando à experiência do sujeito em seus círculos de relações e às ferramentas indispensáveis à criação, me conduzindo também às artes e “astúcias” do pensamento, considerado em sua dimensão artesanal, como *ars e fabrico*.

Os arquivos são também dispositivos de produção social da memória, entendida como processo marcado por dissensões, esquecimentos e escolhas (várias delas, politicamente orientadas). Menos do que depositários de histórias conhecidas, ou testemunhos de um processo de seleção de histórias contadas e preservadas, os arquivos fazem parte da própria política de produção de narrativas, imagens e práticas. Mais uma vez: ao invés de lócus de armazenamento, eles são agentes centrais da constituição de memórias, assim como parte das “artes mnemônicas” (da, e para a, memória).

Bem sabemos dos novos, e complexos, desafios colocados pelos arquivos digitais que nos obrigam a viagens por rotas e “nuvens” inéditas que ainda estamos aprendendo a entender e manejar, eu, pelo menos... em função de minha posição de neófito nesse domínio, deixo-o de lado, por enquanto...

45

Diante dessas formulações sintéticas e provisórias, elaboradas rapidamente, arrisco as seguintes respostas:

POR QUE LHE PARECE NECESSÁRIO E IMPORTANTE ARQUIVAR?

Devolvo a pergunta, reformulando-a: como não arquivar? Isso porque o trabalho de arquivamento é parte da nossa vida cotidiana e da nossa vida profissional – pelo menos no mundo ocidental, pois fora dele o cenário é mais complicado e diverso.

O QUE LHE PARECE POSSÍVEL E EFICAZ ARQUIVAR?

No limite tudo é passível de arquivamento, descartadas ilusões de completude e de reconstrução de totalidades; isso porque os arquivos devem ser tomados em sua natureza fragmentária. As decisões sobre o quê e como arquivar dependem daquele/a que toma para si a tarefa, em função de seus objetivos e problemas. A forma que o arquivo toma, por sua vez, depende dos materiais e das relações que o/a arquivista estabelece com ele. 



JOSIANNE FRANCIA CERASOLI

Professora do Departamento de História da Universidade
Estadual de Campinas

46

UMA INFINDA INQUIETAÇÃO PELOS ARQUIVOS

Os apontamentos e as reflexões compartilhadas neste breve texto partem da provocação colocada em pauta pela “Redobra” a respeito do ato de arquivar. Tocam inevitavelmente o campo de estudos da história, seja a partir de questões teórico-metodológicas com as quais tenho lidado nas últimas décadas, seja considerando aspectos temáticos relativos ao olhar da história e suas relações com as linguagens políticas. Todavia, é muito possível que o texto ao final frustrasse alguma provável expectativa sobre balanços, avaliações sistemáticas ou propostas a respeito da relação entre *arquivar* e essas três pautas – teórico-metodológicas, história e política –, dado o viés exploratório deste texto, como reação à indagação inicial. Por outro lado, essas reflexões terão cumprido minimamente seu intuito se forem capazes de situar alguns dos dilemas que não cessam de se atualizar quando pensamos nas funções sociais e políticas dos arquivos e dos museus, entendidos como pares dos arquivos, marcados pelo permanente diálogo com o que é eleito para ser visível no espaço público. Se as considerações conseguirem, além disso, colocar em debate alguns preceitos éticos incontornáveis quando se preserva vestígios do vivido, então estas reflexões terão cumprido sua motivação fundamental.

NO CONTEXTO ATUAL?

Os antigos dias recobrem pouco a pouco aqueles que os precederam e eles próprios se sepultam por baixo dos que lhe seguem. Mas cada dia antigo permanece depositado em nós, como numa imensa biblioteca onde há, entre os mais antigos livros, certo exemplar que sem dúvida ninguém consultará nunca (Proust, 2012).

Quem consultará nos arquivos um velho exemplar ou um *post* de ontem? Quem recorrerá ao antigo arquivo, sepultado sob tantas camadas de atualidade novidadeira? E quem poderá prosseguir sem ele? Quem sobreviverá sem estar

ciente de que “cada dia antigo permanece depositado em nós”? Quem garantirá o futuro desejado sem saber de onde ele partiu, onde o desejo se deixou semear? São as questões que me inquietam desde que recebi a indagação da “Redobra” em torno dos arquivos: “*por que seria necessário e importante arquivar? o que lhe parece possível e eficaz arquivar?*”

Sob a forma de perguntas diretas, simples, mal disfarçam suas bases, assentadas sobre um conjunto de dúvidas importantes e incontornáveis para sociedades que não se vêem reduzidas à mera sucessão dos dias, à simples sequência de existências. São, na verdade, perguntas que indagam frontalmente sociedades como as nossas, ancoradas em múltiplas relações entre diferentes e persistentes complicitades entre semelhantes, organizadas a partir de distinções e hierarquias, inclusive em relação ao que é agora passado. Para sociedades assim organizadas, é crucial ter o controle sobre o que se elege, sobre o que se guarda, sobre o que se esquia, sobre o que se arquivava, ainda que o exemplar possa nunca ser consultado.

As duas perguntas iniciais sobre os significados de se arquivar são capazes de colocar em xeque, desde uma primeira aproximação, a validade do gesto – seria necessário? – e a pertinência do ato – seria eficaz? Porém, não se restringem a esse emaranhado de dúvidas, já denso e repleto de desdobramentos, pois se apresentam de imediato sob um diapasão que amplifica a tonalidade dramática do enredo: indagam sobre a importância e possibilidade de se arquivar “no contexto atual”.

47

Nos primeiros dias depois de ser apresentada a esse desafio, fui mobilizada por esse diapasão: no contexto atual. Permaneci nessa camada do atual que, em certo sentido, recobre hoje todas as outras, afetando o olhar sobre as demais. Perguntei-me de muitas maneiras sobre como esse contexto específico modificaria o gesto tão antigo de arquivar, de selecionar, de guardar, de consultar, de revisar. Perguntei-me sobre o que invocaria o contexto específico dessa conjuntura atual: seria a aparente urgência dos dias, sempre parecendo apontar para um hoje infinito ou para um porvir ilusório? Seria aparente desimportância do passado diante da marcha desenfreada de novas tecnologias e de renovados recursos que envelhecem nossos dias antes que terminem? Seria o flagrante rapto de nossa atenção em cada gesto cotidiano, capturada por um *click* quase compulsório, seduzida por dispositivos psicológicos, midiáticos e tecnológicos que atribuem tanta fugacidade ao tempo que sequer nos deixam lembrar do último *post* curtido há alguns instantes? Seria a escala inimaginável da possibilidade técnica de gerar, arquivar e gerenciar informações e dados cuja extensão exigiria infinitas vidas e improváveis mentes para serem acessados, decifrados, interpelados?

Foi então inevitável recorrer à fina ironia da biblioteca de Babel de Borges, com seu número indefinido e talvez infinito de galerias hexagonais destinados a conter e justificar todo o universo: “Não havia problema pessoal ou mundial cuja eloquente solução não existisse: em algum hexágono” (Borges, 1999 [1941], p.

516). Estaríamos diante dos paradoxos que o literato insinua, em 1941: “Quando se proclamou que a Biblioteca abarcava todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade. Todos os homens sentiram-se senhores de um tesouro intacto e secreto.” Na ficção do escritor argentino, a possibilidade de tudo arquivar corresponde diretamente à impossibilidade de decifrar qualquer detalhe ou nexos. Nesse ponto, a atualidade das imagens de totalidade na reflexão de Borges me parece flagrante, bem como a paradoxal impropriedade de uma abrangência tão desmesurada. Afinal, a possibilidade de tudo conhecer e a inviabilidade de conhecer o que quer que seja parecem coincidir no ponto exato no qual a imaginária biblioteca é concebida como eloquente solução para tudo, assim inscrita na frustrada tradição babélica.

Essa atualidade borgeana torna-se ainda mais perspicaz ao se considerar a abrangência também babélica dos arquivos digitais. O mundo digital/virtual da *internet* disponibiliza – arquivar? – tantas informações que praticamente inviabiliza a si mesma sem o uso de alguns poderosos e insidiosos mecanismos de busca e também dispositivos de enquadramento e limitação das fronteiras do visível. Desenvolvida na década de 1960 para viabilizar trocas de informações científicas e militares de modo restrito e posteriormente, em 1990, ampliada e aberta ao mundo, comercialmente, a *internet* (literalmente, interligação ou rede de computadores) tornou-se nas últimas décadas praticamente imprescindível para se conhecer e divulgar informações, estudos, opiniões, dados, projetos, cursos, recursos, negócios etc., inclusive no âmbito acadêmico. O sistema de servidores acessível por meio de um microcomputador conectado à rede de computadores, valendo-se de um provedor que habilita ou permite a conexão, tem uma fronteira de difícil mensuração atualmente. Quando se digita em um *software* de navegação a tão naturalizada abreviatura “www” (*world wide web* ou simplesmente *web*, parte gráfica dessa teia de alcance mundial), coloca-se virtualmente ao alcance das mãos um universo aparentemente ilimitado de informações, sobretudo em função dos elos possíveis entre os conteúdos a partir do sistema de hipertextos (*Hypertext Transfer Protocol* ou *HTTP*) e das imprevisíveis origens que cada conteúdo pode ter na *internet* descentralizada. São hexágonos e mais hexágonos numa expansão e mutação atordoante aos olhos humanos.¹

As amplas dimensões do espaço de difusão e arquivamento da *web*, dinâmico e constantemente mutável, tornam impossível sua apreensão e impraticável o domínio de todos os seus detalhes ou do conjunto da rede. Essa abrangente biblioteca eletrônica, plural, descentralizada, multiforme e móvel por definição, escapa a toda bibliotecologia conhecida e não se deixa capturar pelas tradicionais tentativas de classificação e ordenamento de saberes. A origem múltipla dos conteúdos e a forma de estruturação das informações por meio dos hipertextos, articuladas através de remissões e associações, encadeadas de modo não linear e imprevisível, permite ainda uma relativa autonomia a quem *navega* pelos conteúdos a ponto de viabilizar a cada *navegação* formar sequências associativas múltiplas, o que também amplia o alcance dessa poderosa rede.

Diante da vastidão e da inconstância das informações e das inúmeras interligações (*links*) entre dados, objetos e desejos nessa operação, o risco de quem navega pela web descobrir-se à deriva entre tantos caminhos é permanente. A situação torna fundamental saber como se orientar nessa rede mas, paradoxalmente, um guia consciente e autônomo pode apresentar-se como inalcançável. Lembro-me das primeiras experiências em sites de busca nos anos 1990, com ferramentas como o *Yahoo Search*, que classificavam os campos de interesse de modo mais ou menos análogo a bibliotecas, operando por proximidades e categorias. Para localizar, por exemplo, o site de uma universidade era preciso buscar o subtítulo “*Education*” para então acessar, entre outros subitens, uma lista de universidades para vasculhar.² Chega a ser desconcertante perceber a distância entre os mecanismos de busca atualmente mais populares, que usam bots e complexos cruzamentos entre páginas indexadas e armazenamento de dados de pesquisas, e essa lista razoavelmente controlada de termos e entradas do antigo *Yahoo* e afins.

A aparente simplicidade do vulgarizado gesto “*dar um google*” em meio ao universo sem limites de dados arquivados oculta os mecanismos efetivos e as formas de seleção, classificação e recuperação de conteúdos, afastando cada vez mais quem navega pela *internet* da autonomia das decisões, da consciência das escolhas e do controle das variáveis. Quem digita uma simples busca no *engine*, de forma aparentemente autônoma, é convertido em objeto de outras buscas dissimuladas e de outros arquivamentos. Novamente, estamos diante dos hexágonos babélicos de Borges, em vertigem. Os distintos mecanismos aperfeiçoados nos últimos anos mantêm controle bastante estrito e constante sobre a abrangência da navegação, na prática restringindo e guiando o acesso a dados na rede, a despeito da suposta autonomia da navegação. É o que produz, por exemplo, a rotineira prática de “concordar com os termos” ao utilizarmos cada recurso disponível na rede ou a involuntária produção de “rastros” de navegação. Indiretamente, são ações que instruem o aperfeiçoamento de algoritmos que, na prática, dirigem a navegação na *web*.³

Seria então inevitável – ou irresistível? – nos rendermos a bots e renunciar ao que é, na prática, definidor do gesto de arquivar, ou seja, a autonomia para eleger, escolher o que deve permanecer e ser visível? Tendo ainda em mente o diapasão definidor da pergunta – os arquivos “no contexto atual” – e considerando essas ponderações sobre como têm operado os mecanismos na rede de computadores, mostrou-se de algum modo tentador apelar ao último recurso tecnológico de nosso fabuloso engenho ordenador do universo, o último hexágono de que se tem notícia: a propalada inteligência artificial. Em certa medida, os *chatbots* que vêm capturando a imaginação e a curiosidade de tantas pessoas recentemente se mostram para nós como a própria experiência babélica de borgeana. Basta perguntar, que a inteligência encontrará,

em algum hexágono a resposta. Um compilador de arquivos eletrônicos, de vestígios digitalizados, um investigador de rastros virtuais, um plagiador de enunciados difundidos na *web*, um construtor de textos, esse dispositivo ao qual se escolheu nomear *inteligência* se aproxima da Babel de Borges também pela extravagante felicidade que difunde.

Foi nesse percurso que cedi aos apelos da novidade e recorri a um experimento: perguntar sobre a importância dos arquivos ao *chatbot* de plantão, buscando uma resposta *artificial* para a atualidade da questão do arquivo. Em uma fração de segundos, o festejado instrumento, treinado para buscar e reunir informações disponíveis na *web* sentenciou, de modo mais ou menos genérico: “arquivos desempenham um papel crucial na preservação de nossa história coletiva, cultura e conhecimento.” E complementou, destacando os pontos mais importantes que justificam esse papel: i. preservação da história; ii. responsabilidade e transparência nas ações de governos e organizações; iii. subsídio à pesquisa e à educação; iv. Manutenção de registros legais, jurídicos e administrativos; v. conservação de referenciais do patrimônio cultural; vi. incremento à memória e à identidade de grupos e povos; vii. preservação do conhecimento construído; viii. preparação para emergências; ix. apoio à inovação e à criatividade. E conclui:

50

Em resumo, os arquivos não são apenas repositórios de documentos; são guardiões da nossa memória e patrimônio coletivos. Eles servem como uma ponte entre o passado, o presente e o futuro, facilitando a pesquisa, a educação, a responsabilização e o enriquecimento cultural.

A forma de organização desses dados e a exposição tão clara e sucinta de numerosas variáveis relacionadas ao tema dos arquivos pode, sem dúvida, alimentar a impressão de pertinência, de abrangência e de completude da resposta. Muitos temas elencados brevemente na resposta do *chatbot* estão de fato presentes nas discussões relativas à importância dos arquivos, e poderiam alimentar reflexões e pautas de discussão e/ou pesquisa interessantes e significativas socialmente. Todavia, chama atenção a ausência de controvérsias, de discordâncias, de dilemas, de paradoxos ou mesmo da identificação das origens de cada assertiva compilada. Tal qual um receituário, a poderosa ferramenta compiladora se apresenta como que isenta do principal elemento definidor da tarefa realizada: o exercício da escolha, a eleição dos vestígios a serem recuperados. A sensação é, a um só tempo, de apaziguamento de dúvidas, na medida em que o formato organizado e o tom assertivo oculta dúvidas, e de desconfiança, considerando a distância entre a resposta fornecida em segundos e a explicitação das fontes e dos mecanismos de escolha. Nesse contexto – o contexto que nós compartilhamos – torna-se ainda mais complexo pensar sobre a pertinência do ato de arquivar.

A agilidade e a rapidez do (des)arquivamento produzido pelo *chatbot* é sedutora e estimula novas perguntas. Considerando novamente o diapasão do contexto atual – o nosso contexto –, imaginei a possibilidade de uma resposta que contemplasse incertezas e polêmicas colocando uma questão mais relacionada a situações mais recentes, mais abrangentes e marcantes. Perguntei ao mecanismo sobre os arquivos possíveis diante da pandemia ocasionada pela difusão do COVID-19, desde 2019. Mas, perguntado sobre algum modo de arquivamento de situações ou impressões traumáticas, algum modo de “*Corona-arquive*” possível, o compilador titubeou afirmando não conhecer algum exemplo específico mas não se furtou a, mais uma vez, organizar dados e hierarquizar informações de modo aparentemente isento e apaziguador. Menciona possíveis arquivos de história oral, repositórios de dados científicos, compilados de dados médicos e de saúde, organização de informações sobre iniciativas governamentais e prováveis arquivos digitais de instituições culturais. Nas entrelinhas da resposta um tanto genérica, parecia pulsar uma questão intocada: como se comportam memórias e arquivos decorrentes de situações traumáticas?

Diante de uma terceira pergunta ao *chatbot*, agora perscrutando as memórias traumáticas, mais uma lista de aspectos a serem considerados se mostra de forma aparentemente neutra, envolvida por uma organização apaziguada de questões complexas. Para o mecanismo compilador virtual, as memórias associadas a experiências traumáticas teriam relações estreitas com dimensões psicológicas e neurocientíficas, desdobradas nas seguintes características: i. mecanismos de sobrevivência; ii. Intensidade emocional; iii. caráter invasivo; iv. permanência de impactos; v. importância terapêutica; vi. resiliência e enfrentamento; vii. bases neurológicas; viii. considerações éticas. E conclui, resumizando os dados compilados, como em toda consulta:

51

Em resumo, as memórias de traumas são um aspecto complexo e significativo da psicologia humana. Podem ter um impacto profundo na vida de um indivíduo, e compreender como são armazenadas e processadas no cérebro é essencial tanto para fins clínicos como de investigação. O tratamento e o apoio a indivíduos com memórias de traumas são fundamentais para o seu bem-estar e recuperação.

Nessa terceira consulta ao *chatbot*, parece se operar um deslizamento das questões sociais que moveram as primeiras perguntas a dimensões individuais, psicológicas, neurológicas até, relativas a um trauma. Coloca-se, de modo discreto, a questão da memória, sugerindo-se de modo indireto uma ligação (um *link*?) com a memória coletiva, com a memória que arquiva, com a memória que se arquiva, com a história. Ela aparece novamente nas entrelinhas quando são mencionadas considerações éticas, seja relativas a aspectos terapêuticos do tratamento do trauma seja relativas ao que denomina “princípios éticos essenciais”. Nesse caso, seria quase inevitável continuar a dialogar com o sereno *chatbot* indefinidamente, considerando que finalmente se aproximou de questões éticas que preocupam estas reflexões desde o início.

Seria possível continuar e perguntar que princípios éticos seriam incontornáveis ao tratarmos de memória coletiva e de arquivo de interesse social: que imperativos morais e sociais informariam o governo dos arquivos? Porém, decidida a reassumir as rédeas dos apontamentos, dirigi a pergunta não mais aos dispositivos de (des)arquivamento poderosos que a rede de computadores deixa ao alcance das mãos, mas às reflexões que alguns importantes sujeitos têm registrado a respeito de temas similares, assumindo muito mais a intensa inquietude questionadora em vez da aparente tranquilidade neutra diante do ato de arquivar.

ARQUIVOS INQUIETAM

Em análise recente sobre o poder e o limite dos arquivos, o historiador e filósofo camaronês Achille Mbembe lembra serem os arquivos “o produto de um processo que converte um certo número de documentos em objetos considerados dignos de preservação e manutenção num espaço público.”⁴ A meu ver, além de um mecanismo de poder, é também potencial para se *inquietar* as relações de poder. Ao serem validados e consultados de acordo com procedimentos e regulamentos bem estabelecidos e reconhecidos socialmente, podem assumir ou mesmo reivindicar novos significados, redimensionando e atualizando constantemente narrativas sobre o que se passou. Não haveria, nesse sentido, neutralidade possível na eleição de um certo número de documentos, nem mesmo apaziguamento plausível mediante cada retorno dos registros ao espaço público. Há imperativos sociais e políticos em operação ao se eleger e se elevar certos itens ao reconhecimento coletivo, considerando-os dignos de conservação e manutenção no espaço público. Há imperativos similares quando se decide consultá-los, ou seja, quando se desarquiva algo para dar publicidade a sua veracidade, autenticidade, verdade. Há um reconhecimento social, político e ético indisfarçavelmente ausente ou oculto quando a operação é artificialmente conduzida pelos algoritmos programados de uma maquinaria de busca.

O *status* do objeto passível de arquivamento é alterado pelo modo como as sociedades lhe atribuem sentido. O lugar de quem o interpela autoriza a ambos, no sentido fundamental explorado com singular pertinência por Michel de Certeau há quase cinco décadas. Ao descrever o que denominou operação historiográfica, o historiador e erudito francês deu especial atenção ao papel do jogo com os símbolos e às referências que legitimam a autoridade diante do público, afirmando serem as relações efetivas que parecem caracterizar este lugar da escrita da história. E nesse lugar está também o historiador, junto do local onde decide instalar sua oficina de trabalhos, angariando reconhecimento e validando o poder de dizer: junto aos arquivos. O autor entende que encarar a história como uma operação equivale a “admitir que ela faz parte da ‘realidade’ da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’” (Certeau, 1982, p. 66). Pensados desse modo, os atos de constituir arquivos e de consultar os arquivos repercutem tanto na validação do trabalho do historiador quanto na reiteração dos aspectos ou contextos socialmente plausíveis, politicamente aceitáveis, ou seja, reais.

Ao pensar essa operação sem deixar de conferir ao historiador e à sua oficina existência real, e, portanto, social e política, o ato de (des)arquivar ganham contornos bastante vivos, sem deixar escapar ao olhar atento às muitas formas e dinâmicas a partir das quais se confere ao arquivo materialidade – pode ser tocado, visto, conhecido, reconhecido, validado – e ao mesmo tempo caráter de prova – atestando que algo existiu, aconteceu verdadeiramente. Aproximando essas reflexões do que pondera Mbembe sobre o *status* do arquivo, torna-se quase inevitável considerar, como desdobramento, o que está fora do arquivo, os despojos exonerados, os fragmentos do desapego.

*O arquivamento, portanto, é fundamentalmente uma questão de discriminação e seleção, que, no final, resulta na concessão de um status privilegiado a certos documentos escritos e na rejeição desse mesmo status a outros, assim julgados como “inarmáveis”. O arquivo, portanto, não é um pedaço de dados, mas um status.*⁵

Que *status* são considerados? Quais arquivos, quais relatos do possível, portanto, poderiam ou mereceriam ser consultados? O termo “consultado” mostra claramente que não se está mais falando de qualquer documento, mas desse documento específico que remete a um poder. O arquivo histórico, o arquivo administrativo, os textos canônicos etc. podem imediatamente vir à mente quando se pensa na relação estrita entre arquivos e poder. É uma associação razoável. Mas talvez fosse necessário, nesse ponto, estender estes apontamentos trazendo à reflexão os arquivos desautorizados, não autorizados, negligenciados, esquecidos, ocultados, ignorados. A lista de adjetivos para classificar sua distância do poder – e da possibilidade de serem vistos – é tão extensa quanto a lacuna que se vê alargar quando não se cuida desse gesto. Se o destino final do arquivo, fora da materialidade dos objetos, está no relato que se faz possível, então não apenas a existência de arquivos plurais – e de algum modo colocados à margem pelas dinâmicas sociais e de poder – mas a possibilidade de consulta aos arquivos se faz decisiva.

(Um necessário parêntese: essa natureza lacunar e marginal se agrava de modo muito preocupante se considerarmos o predomínio crescente de fontes digitais/virtuais, de documentos digitalizados, sempre selecionados, de mecanismos de buscas com lógicas não explicitadas, de mecanismos de compilação de buscas *online* cujo engenho é ainda mais obscuro. Afinal, o que seremos capazes de ver e narrar sobre vidas em confins marginalizados, esquecidos pelos *chatbots*? Fim do parêntese.)

Se os arquivos remetem a imperativos sociais e políticos, se a consulta aos arquivos opera como o acesso a relíquias capazes de funcionar como instituição imaginária na sociedade, algumas perguntas que não desconsideram a importância das dimensões plurais e das experiências subjetivas nas mais variadas nuances nas sociedades merece atenção sempre reforçada. Enfim, uma série de perguntas sobre os vestígios que decidimos coletivamente separar, proteger e consultar podem ser

janelas de acesso a dimensões das experiências ainda mal compreendidas ou mesmo negligenciadas: de quem são, a que se referem, a quem miram, de que autoridade dependem, em que contextos são evocados/visitados/vistos?

Há significados curiosos registrados nos dicionários sobre o substantivo *arquivo* e suas derivações. Mencionam a ideia de um conjunto de documentos (manuscritos, gráficos, fotográficos etc.) produzidos, recebidos e acumulados no decurso das atividades de uma entidade pública ou privada, “inicialmente como instrumentos de trabalho e posteriormente conservados como prova e evidência do passado”, conforme registra o Houaiss. E registra também expressões, como *arquivo morto*, relativo a documentos antigos, raramente consultados, “sepultados por baixo dos que lhe seguem”, como diria Proust. Registram também a ideia de *arquivo vivo*, atribuído ao acervo em uso ou, em sentido figurado e informal, à testemunha de um crime – de onde deriva também a temida expressão *queima de arquivo*, a eliminação da testemunha e do risco de denúncia. Há ainda o sentido associado a processos jurídicos, quando se usa a ideia de *arquivar* um processo como uma interrupção, e talvez por analogia o verbo assumam também o sentido figurado de impedir a realização, de *deixar de lado*, de esquecer: foi arquivado o mal-entendido para se evitar uma briga, exemplifica o dicionário.

54

A partir desses dois sentidos – das experiências subjetivas negligenciadas e do *arquivar* como interrupção ou perda – é pertinente registrar algumas iniciativas que parecem reivindicar uma consideração – uma consulta ou outro *status*? – resistindo diante do risco iminente de desaparecimento, seja pelo incômodo apaziguamento das narrativas, seja pela injustificável naturalização de violências e injustiças. Não caberia aqui detalhar ou esmiuçar as iniciativas, individualmente, cada qual se abrindo a conflitos e dilemas tão completos quanto fundamentais para a compreensão das escolhas e para o redesenho dos caminhos possíveis para nossas sociedades. Mas, emulando um gesto de arquivo, caberia registrá-las, conferir-lhes visibilidade, disponibilizá-las à consulta, atribuindo-lhes esse poder momentâneo de intervir nos significados passados e futuros. São exemplos, e ao mesmo tempo exemplares, para as preocupações que estes apontamentos buscam alinhar: o Museu das Remoções, o Museu da Destruição, o Museu das Memórias (In)possíveis.⁶ São casos em que a ideia de musealização reivindica a importância do registro, o direito ao reconhecimento público, a relevância de colocar à disposição da sociedade narrativas e fragmentos negligenciados. Operando entre os museus como pares diretos dos arquivos, distintos na forma de inserção social pela visibilidade pública de suas seleções a cada curadoria, esses museus se assumem como escolhas outras, talvez invisíveis para muitos, inalcançáveis para algoritmos adestrados, ou apenas relegados ao apagamento, ao apaziguamento. Recusam o lugar de *arquivo morto* ou de *arquivo a ser apagado*, colocando-se no espaço público como um lugar de verdade.

“Memória não se remove” é o *slogan* preciso e assertivo do Museu das Remoções, formado a partir das reações às desapropriações e remoções de moradias urbanas e de seus moradores ocorridas na zona oeste do Rio de Janeiro, na Vila Autódromo, por ocasião das obras públicas implementadas para realização de um evento esportivo em escala mundial. O Museu se autodefine como luta social para promover “a conexão simbólica, a história, a memória e as práticas sociais de comunidades removidas ou ameaçadas de remoção.” O Museu da Destruição, criado apenas cinco anos após a destruição de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e depois Brumadinho em função de rompimento de barragens de rejeitos da mineração em Minas Gerais, apresenta-se como um protesto, um apelo, uma denúncia pela injustificável lentidão das reparações possíveis diante dos danos, em si, incomensuráveis. A “Destruidora”, como nomeiam a curadoria desse dramático museu virtual, busca de algum modo preservar a memória de um local de vida apagado do mapa e, ao mesmo tempo, fixar na memória coletiva em detalhes os vestígios das vidas cotidianas desaparecidas.

*O ditado popular pode até dizer que o tempo cura, mas aqui acontece o inverso: quanto mais ele passa, maiores são as feridas de quem perdeu. Uma perda que não tem tamanho. Foram embora memórias, pessoas, objetos, a água potável do dia a dia e até um rio, considerado uma divindade pelos indígenas Krenak. Quanto mais o tempo passa sem reparações justas, maiores são os abismos, maior é o sofrimento dos atingidos.*⁷

No museu-arquivo, fragmentos são recolhidos em imagens, são escolhidos em meio aos despojos da exploração de minérios que se constrói em meio à prevalência de poderes econômicos transnacionais, e a gestos locais de desapego, de desinteresse em relação à vida. A síntese do que esse museu-arquivo enuncia está na única imagem, entre tantas possíveis, desarquivada para compor estes apontamentos. Já do Museu das Memórias (In)possíveis, destinado a preservar “narrativas, memórias, histórias de pessoas que sofreram rupturas de sua relação com o laço social ou que estejam ocupando um lugar de exclusão social”, não seria possível registrar imagens, a não ser imagens mentais, imagens do contemporâneo, no entender do filósofo italiano Giorgio Agamben, “justamente aquele que sabe ver a obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente”.⁸ Ao inscrever a memória dos sujeitos que estão situados no lugar de “resto” social, a um só tempo apresentam-se como possibilidade de testemunho – *arquivo vivo* – e de questionamento da responsabilidade pelas exclusões no processo de construção das memórias coletivas.

*O (In)Possível com “N” não é por acaso, já que a palavra “impossível” (com M) não diz tudo o que gostaríamos de transmitir. Então inventamos outra palavra, uma que não existe no dicionário, mas que introduz a ideia moebiana de possível e de impossível ao mesmo tempo. Quando tiramos o M e colocamos o N, introduzimos dentro desse binário possível-impossível o (in)consciente, o (in)dizível. Com isso, tentamos enfatizar não o que está em plena luz do dia do nosso tempo, mas as sombras ao redor. . .*⁹

São museus-arquivos que inquietam, que interrogam uma narrativa única, normalizada, apaziguadora, indiferente, descomprometida. Assumem a importância do alerta da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie sobre o perigo de uma história única. Repetida na esfera pública, a narrativa única corre o risco de parecer hegemônica ou de se convencer de que se basta como é. A reflexão de Adichie, enunciada no *TED Talk* em 2009, tinha em 2019, quando foi publicada uma tradução no Brasil, mais de 18 milhões de visualizações. Essa imensa difusão e esse claro interesse pela reflexão poderia ser sintoma da importância tanto do conteúdo quanto dos arquivos disponíveis online na difusão de pensamentos? Certamente, mas também, de modo paradoxal, poderia significar um alerta sobre o risco de não assumirmos nosso comprometimento com o que partilhamos no espaço público, uma vez que os compromissos e vínculos reivindicados pela escritora nessa fala exigem muito mais que uma postura expectadora passiva. Exige tomada de posição sobre o que (ainda) não se conhece.

Eu amava aqueles livros americanos e britânicos que lia. Eles despertaram minha imaginação. Abriam mundos novos para mim, mas a consequência não prevista foi que eu não sabia que pessoas iguais a mim podiam existir na literatura. O que a descoberta de escritores africanos fez por mim foi isto: salvou-me de ter uma história única sobre o que são os livros (Adichie, 2019, p. 14).

56

Tomando a mesma reflexão de Adichie sobre o perigo de uma história única, o semiólogo argentino e professor de literatura Walter Mignolo (2014) propôs interrogar museus-arquivos buscando “descolonizar a história única dos museus ocidentais e mostrando de que modo funciona a desocidentalização”. Talvez pudesse ser aproximado, nesse ponto, do que propôs Mbembe ao examinar os arquivos com o interesse voltado para a vida deixada para trás, para a dívida, considerando estar o interesse pelo arquivo também “preocupado com o resto”. Mignolo analisa detidamente o Museu de Arte Islâmica de Doha, no Qat, projeto do renomado arquiteto chinês-estadunidense Ieoh Ming Pei, I.M. Pei, e o Museu das Civilizações Asiáticas de Singapura, estabelecido em edifício que reaproveita e ressignifica uma edificação eclética herdada da administração colonial. Interroga a ambos como história e como espaço de narração com potencial para revisitar e revirar os restos, para desarquivar as coleções relegadas, vilipendiadas e/ou incompreendidas por olhares ocidentais historicamente consolidados ou, sinteticamente, para “descentralizar as musas”. Assume para isso a necessidade de correr o risco de certa incompreensão sobre como operam as “ficções ocidentais” em sua constante capacidade de incorporar e desvalorizar todas as demais civilizações e, sem reduzir o debate a uma questão de oposições binárias, mas “indiferenciais de poder interrelacionados”, busca explicitar tensões e mesmo contradições presentes em ambos os processos: a partir do ocidente e por uma perspectiva decolonial.

É interessante o modo como relaciona os projetos de museu-arquivo vigentes no ocidente, incorporando críticas e uma permanente desconfiança em relação aos

pressupostos que têm permitido os reiterados esforços ocidentais para produzir narrativas supostamente universais e/ou neutras. Não deixa de notar, porém, a vigência de mecanismos similares nesses espaços não-ocidentais, aproximando desse modo as operações tangíveis de memória, história e poder em ambos, sem hierarquizar, justificar ou mesmo legitimar o ato. São narrativas reivindicadas como singulares e legítimas, inscritas por esses novos lugares-arquivo em Doha e em Singapura, e situam-se para ele entre outras, ao mesmo tempo registradas como ímpares e como outra entre as narrativas abrangentes – universais – sobre povos, culturas e histórias a partir de distintas perspectivas. Diferente do estatuto dos museus-arquivos registrados aqui como inquietantes narrativas de protesto, como a Destruidora, as Memórias (In)possíveis e o Museu das Remoções, os dois museus-arquivos estudados por Mignolo praticamente não reivindicam mais que a possibilidade de trazer a público outros olhares sobre suas culturas. O conteúdo incontornavelmente estatal, governamental ou oficial, por exemplo, estaria para Mignolo nos dois museus asiáticos tanto quanto estaria nos museus similares em Berlim, Londres ou Paris, apesar de esforços mais ou menos recentes para se produzir nesses espaços tradicionais narrativas multipolares. E conclui, situando a questão historicamente sem despojá-la dos dilemas:

Por outro lado, enquanto os museus do passado foram construídos sobre os ombros da expansão imperial europeia, hoje museus como o Museu das Civilizações Asiáticas, em Singapura, e o Museu de Arte Islâmica de Doha são construídos sobre os ombros da soberania política do capital, que se desocidentaliza (Mignolo, 20140).¹⁰

57

Estariamos, então, irremediavelmente sempre diante da “escrita colonizadora”, conforme expressão inscrita no debate teórico-metodológico da história por Certeau? Essa escrita é, para ele, a colonização do corpo pelo discurso do colonizador, que utilizará o Novo Mundo como uma página em branco para nela escrever o querer ocidental: “transforma o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção” (Certeau, 1982 [1975], p. 9). As análises do autor francês sobre a operação historiográfica não me parecem cessar de oferecer indagações e interpretações para se avançar na compreensão dos modos como separamos presente e passado pela narrativa histórica, sobre os mecanismos que mobilizamos para eleger e validar vestígios seletos do passado nessa operação. Vista por ele como lugar social, como prática e como escrita, comporta reiteradas construções para produzir e legitimar as narrativas que tece. Ao assumir a importância das configurações sociais do lugar de produção da narrativa histórica como fundantes, abre-se caminho para se perscrutar como se “fabrica história” na prática, como a narrativa mobiliza seu “material de análise”. Sobre o estabelecimento das fontes ou a redistribuição do espaço, afirma:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos,

pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (Certeau, 1982 [1975], p. 9).

Os arquivos, portanto, não são aceitos, mas construídos, modificando as visões sociais sobre os vestígios coletados, colecionados. Está nesse movimento uma das origens do efeito duplo da operação historiográfica para o autor: ao mesmo tempo que presentifica uma situação vivida, explicita a distância em relação ao passado e mantém o valor primeiro da imagem do passado como aquela que representa *aquilo que falta*. Não caberia aqui avançar nos desdobramentos dessas características da operação para o momento da escritura da história, acompanhando Certeau. Isso abriria outro campo de reflexões que, embora estreitamente relacionado com o *lugar* do arquivo, provavelmente nos distanciaria dele e de seu contexto atual. Interessa, mais, reafirmar a partir desses apontamentos o permanente controle das operações da história – do lugar social, da prática e da escrita historiadoras – a partir do qual o arquivo é eleito para ser visível no espaço público e assim sustentar dadas interpretações sobre o passado e o presente.

58

Perguntar sobre os arquivos seria, então, uma indagação reiteradamente atualizada a respeito do que resta, do que nos resta? O que resta seria atualizado sempre com “um facho de trevas que constantemente chega até nós”, como enuncia Agamben? E por analogia e/ou contiguidade, o *arquivo* seria sempre o lugar a partir do qual se emitem essas trevas? Se tais considerações fazem sentido, a relação com os arquivos, sempre atualizada, não nos permite passear inocentemente pelos incontáveis hexágonos dos vestígios que colecionamos. Tampouco permite desfrutar da extravagante felicidade babélica revivida nas teias hexagonais da *web*. Tais considerações impõem uma vigília, um constante (re)colocar em debate os preceitos éticos incontornáveis quando se preserva vestígios do vivido, seja nos arquivos, seja na historiografia, seja nas imbricadas relações entre memória e história – relação subliminar a toda essa reflexão, inseparável da indagação teórica e política sobre o que se arquiva. Acompanho, nesse ponto, como convite a prosseguir nesse debate, as ponderações precisas da historiadora brasileira Jacy Alves de Seixas em uma investigação sobre as relações entre memória e arquivo.

A função maior da memória enquanto linguagem seria menos a de resgate de um passado dado do que a função ética de atualização do passado, mesmo daquele apenas imaginado, nunca acontecido. Não há lugares fixos, nem memória desinteressada, a memória age repondo habitus e valendo-se da razão e do intelecto (memória voluntária), mas, também, guiando-se espontaneamente por afetos, muitos inconscientes, e por potentes “imagens-lembrança” (Bergson) em direção à criação, ao novo, à criação do novo. Nesse sentido, a memória é contemporânea (Seixas, 2021, p.127).

Nesse sentido, é incômoda e incansavelmente contemporânea a imagem-lembrança do trauma, da perda socialmente relativizada, que não cessa de nos demandar sobre uma postura “nova”, apoiada nos preceitos éticos que não permitem a atualização de uma escrita conquistadora, mas impelem a passagem a uma consideração do outro, esse fantasma da história, em direção a uma vivência compartilhada, corresponsável. ▽

NOTAS / REFERÊNCIAS

¹ Dados sobre a rede mundial de computadores e seus usos acadêmicos foram reunidos por mim em um texto iniciado em 2010, destinado a situar novatos/as pesquisadores/as diante das seduções e imprecisões dos buscadores da web, em uma tentativa de localizar buscadores acadêmicos úteis e diretrizes para um trabalho consciente e autoral nessa navegação. O texto, impossível de ser concluído dada a mutabilidade do tema, “Seduções da biblioteca de Babel: pesquisa acadêmica em tempos de internet”, foi parcialmente transcrito para o blog Babel Acadêmica, e seu conteúdo teve partes retrabalhadas para o presente texto. Interessante também observar o efeito do dinamismo dos arquivos virtuais sobre a iniciativa: um texto, que borgeanamente parece sempre impossível de ser concluído, é transformado em um blog, com a ideia de incorporar o dinamismo a sua forma, mas “no contexto atual”, vê esse formado envelhecer precocemente diante dos conteúdos ditos “instagramáveis” e outros recursos afins. Endereço do blog: <https://babelacademica.wordpress.com/sobre/>.

² O portal archive.org, arquivo digital disponível online, reúne e disponibiliza documentos digitalizados de variados formatos e mídias, entre os quais

arquivos da própria internet, por meio do dispositivo Wayback Machine, que armazena amostras de sites já inativos, desde os anos 1990. A ferramenta do Yahoo, por exemplo, está entre esses sites arquivados e a consulta à página do modo como era acessível em 1996 deixa uma desconfortável impressão de aceleração do tempo reforçada pela constante atualização dos recursos e dos modos de funcionamento dos mecanismos. A ferramenta pode ser acessada neste link: <https://web.archive.org/web/19961128071038/http://www8.yahoo.com/Education/>. Acesso em: 11 de setembro de 2023.

³ Ainda que a Lei Geral de Proteção de Dados, vigente no Brasil desde 2021, estabeleça parâmetros precisos para a possibilidade de rastreamento e arquivamento de dados de quem navega por qualquer site, seja de serviços ou comerciais, e ainda considerando o Marco Civil da Internet, vigente desde 2014 no país, a quantidade de dados armazenáveis que o simples uso da internet gera é proporcional ao caráter incomensurável da rede. Terms and Conditions May Apply (Sujeito a Termos e Condições), documentário de 2013 dirigido por Cullen Hoback, aborda como as corporações e os governos

utilizam as informações que usuários fornecem ao concordar em navegar em sites e aplicativos, gerando um arquivo poderoso de perfis cujo potencial econômico e político tem sido testado e expandido sem interrupção e com consequências dramáticas frequentemente. Nossos dados arquivados de modo mais ou menos involuntário se convertem num arsenal capaz de moldar e prever comportamentos, individualmente e em termos coletivos, de modo inimaginável há pouco mais de uma década.

⁴ Tradução livre de: “Los archivos son el producto de un proceso que convierte un cierto número de documentos en ítems considerados dignos de conservación y mantenimiento en un espacio público [...]” (Mbembe, 2020).

⁵ Tradução livre de: “El archivo, por lo tanto, es fundamentalmente un asunto de discriminación y selección, que al final, resulta en el otorgamiento de un status privilegiado a ciertos documentos escritos y el rechazo de ese mismo status a otros, así juzgados como “inarchivables”. El archivo, así, no es un dato, sino un status.” (Mbembe, 2020).

⁶ Os respectivos museus têm seus acervos disponíveis em: <https://museudasremocoes.com/>; <http://museumofdestruction.org/br/>; <https://museu.appoa.org.br/site/>.

⁷ Extraído do texto de justificativa da criação do MuD, disponível em: <http://museumofdestruction.org/br/mud/o-museu/>. Acesso em 11 de setembro de 2023.

⁸ Extraído da descrição de Museu das Memórias (In)possíveis, remete ao li-

vro O que é o contemporâneo e outros ensaios. Disponível em: <https://museu.appoa.org.br/site/sobre/>. Acesso em 11 de setembro de 2023

⁹ Extraído da descrição de Museu das Memórias (In)possíveis. Disponível em: <https://museu.appoa.org.br/site/sobre/>. Acesso em 11 de setembro de 2023.

¹⁰ Tradução livre de: “Por otra parte, mientras que los museos del pasado se construyeron a hombros de la expansión imperial europea, hoy museos como el Museo de las Civilizaciones Asiáticas de Singapur y el Museo de Arte Islámico de Doha se construyen a hombros de la soberanía política desoccidentalizadora del capital.” (Mignolo, 2014)

/ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BORGES, Jorge Luis. A biblioteca de Babel. Obras completas I, Rio de Janeiro: Globo, 1999 [1941].

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: A escrita da história. Trad. Maria de Lourdes Menezes, 2ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 [1975].

MBEMBE, Achille. El poder del archivo y sus límites. *Orbis Tertius*, Ensenada, AR, v. 25, n. 31, p. e154, 2020. DOI: 10.24215/18517811e154. Disponível em: <https://www.orbistertius.unlp.edu.ar/article/view/OTe154>. Acesso em: 12 de setembro de 2023.

MIGNOLO, Walter. Activar los archivos, descentralizar a las musas. Quaderns postàtils, MACBA, Barcelona, 2014.

PROUST, Marcel. Em busca do tempo perdido, 6. A fugitiva. Tradução Carlos Drummond de Andrade. A Biblioteca Azul. S.Paulo: Globo, 2012.

RIEFF, David. Elogio del olvido. Las paradojas de la memoria histórica. Trad. Aurelio Major. Barcelona, Penguin, 2017.

SEIXAS, Jacy A. de. A memória (se) arquiva? [novos e antigos desafios historiográficos]. In: Da memória e seus “caminhos secretos para entrar em nós” (ensaios sobre memória, esquecimento, história, historiografia). São Paulo: Intermeios, 2021.